

O errôneo cálculo dos credores

Talvez não coubesse ao presidente da República atacar frontalmente o Banco Mundial depois de, com razão, ter reagido às inqualificáveis propostas do secretário de Estado James Baker, tendentes à abdicação de nossa soberania sobre a Amazônia contra uma ajuda financeira. Neste caso, tratava-se de um problema político que exige o afastamento das tentativas dos "ecoideólogos", na verdade interessados em impedir o desenvolvimento do Brasil; naquele, melhor teria agido o presidente se tivesse deixado a tarefa a seus ministros da área econômica, especialmente no momento em que Brasília procura encontrar uma solução para o impasse que vem turvando nossas relações com o organismo criado em *Bretton Woods*. Compreensível é, todavia, a cansaço — mesmo irritação — do presidente Sarney diante de um problema que se arrasta há mais de um ano.

Chegando a alertar quanto ao fato de que o Brasil pode transformar-se numa nova Nicarágua (de dimensão continental, porém), deixou bem claro o chefe do Executivo não ser possível ao País pagar 1,3 bilhão de dólares num ano ao Banco Mundial, para receber deste apenas 200 milhões. Se, à época em que o sr. James Baker III foi secretário do Tesouro dos EUA, deu-se ao Banco Mundial um papel primordial na formulação do plano que levou o seu nome — a ser complementado por ajuda de bancos comerciais —, fica difícil entender agora que um país como o Brasil se transforme em fornecedor de recursos ao organismo internacional, e que este, com sua recusa, nos impeça de receber a quantia de 1,2 bilhão de dólares dos bancos comerciais, sem falar de outros emprésti-

mos, como os do Japão, que poderíamos ter embolsado há muitos meses.

É preciso lembrar que essa retenção de recursos, que se contrapõe a um superávit da balança comercial excepcional e certamente excessivo para um país como o nosso, poderá nos levar a decretar uma moratória técnica (é falta de divisas disponíveis), o que somente poderá alegrar os que defendem uma posição de confronto e negam a autenticidade de uma dívida que, segundo eles, já pagamos diversas vezes. A situação está-se agravando com a alta da taxa da *LIBOR* que, uma vez mantida em 10,31%, representará para o Brasil um aumento de mais de 500 milhões de dólares em pagamento de juros para este exercício. Ou seja, o financiamento que o Banco Mundial ora nos nega é inferior ao valor que teremos de pagar a mais aos bancos comerciais sob forma de juros, que poderão chegar, em 1989, a 11,4 bilhões de dólares.

Diante desta situação, em que os credores se empenham em cálculos errôneos que poderão voltar-se contra eles, o Brasil mantém uma atitude conciliatória e procura negociar com todos os interessados. Nesse sentido, o desabafo do presidente José Sarney talvez não esteja ajudando. Em primeiro lugar, estamos tentando encontrar uma solução para o impasse com o Banco Mundial, em que a atuação das autoridades norte-americanas é particularmente forte.

Existem diversas opções para que se consiga o retorno de um fluxo normal de recursos do Banco Mundial. Podemos rever nosso programa energético, e, se for o caso, retirar do âmbito da Eletrobrás a usina An-

gra III, na esperança de que não surgirão outros problemas. Temos também a possibilidade de pedir ao Banco Mundial, para testar sua boa vontade, o apressamento dos projetos relativos à reforma bancária e à liberação do comércio exterior, incumbindo-se o próprio organismo internacional de convencer que o desembaraço desses recursos tem o mesmo efeito, para os bancos comerciais, do que os do programa energético. Finalmente, teríamos de abandonar os programas setoriais para substituí-los, como no passado, por empréstimos gerais, que evitariam conflitos.

A negociação com os bancos comerciais, que ainda retêm 600 milhões de dólares, e certamente não estão propensos a liberar quantia igual, a vencer proximamente sob o pretexto de que constituem empréstimos vinculados aos financiamentos do Banco Mundial, visa a uma desvinculação daqueles aportes. É necessário lembrar que a vinculação foi um "truque" destinado a convencer alguns bancos a participar do programa de *new money* do acordo. Pensara-se, inicialmente, em co-financiamento com o Banco Mundial, solução que foi vetada pelos Estados Unidos no *board* do organismo internacional; imaginou-se então o sistema de vinculação, que não faz sentido no plano econômico e que constitui apenas um pretexto para que os bancos não participem de um programa de *new money* que assinaram a contragosto.

Urje o encontro de uma solução adequada, uma vez que, à sua falta, o Plano Verão encontrará dificuldades suplementares, capazes de provocar graves repercussões políticas num ano de eleições presidenciais.